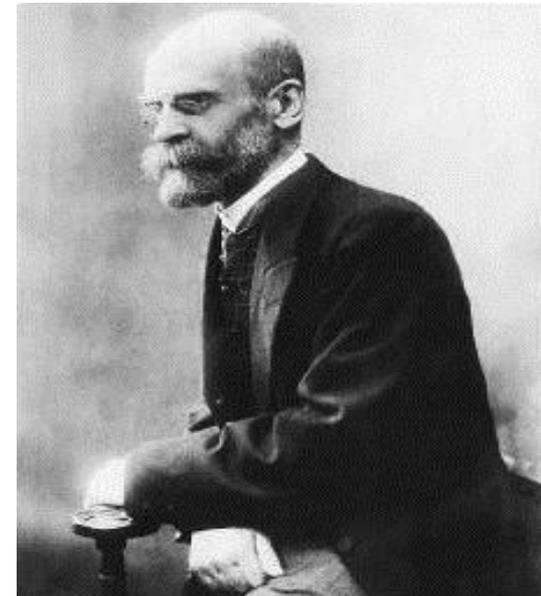


1. Democracia e cidadania no Brasil: aspectos gerais

- Dificuldades históricas de o Brasil ser realmente republicano.

Teoria do Funcionalismo do pensador Émile Durkheim, para as crises eram causadas por aspectos morais e não econômicos. Comparava a sociedade a um organismo composto de várias partes integrantes que funcionando em harmonia. Se desse problema em uma parte acarretaria problemas as demais.



1858 - 1917

Em tese, uma sociedade realmente democrática é uma sociedade plena de cidadania, com efetivos direitos políticos, civis e sociais para o conjunto de sua população.

Sabemos que o período compreendido entre 1889 e 1930 é denominado de Primeira República ou República Velha. Em que medida podemos declarar a existência de democracia e da cidadania nessa época?

CONSTITUIÇÃO DE 1891

Estado laico

independência dos Poderes

ausência de critérios censitários

fixando o caráter não secreto do voto

O período entre 1930 e 1945 é assinalado por intensas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas. O avanço da industrialização, o crescimento dos núcleos urbanos e a expressividade de segmentos sociais das cidades – burguesia e trabalhadores assalariados – repre-

Notadamente entre 1937 e 1945, explicita-se o autoritarismo na ditadura do intitulado Estado Novo. Ausência de partidos políticos e de eleições diretas.

ACONTECIMENTOS IMPORTANTES

Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até 1964

MOVIMENTOS SOCIAIS - CAPITALISMO NACIONAL – GRUPOS CONSERVADORES
CAPITALISMO INTERNACIONAL



Constituição – em 1967, elabora-se novo texto constitucional, substituindo a Carta até então vigente, de 1946. O autoritarismo atinge seu paroxismo institucional no AI-5 de 13 de dezembro de 1968.



AI-5 confere

- DISSOLVER A CÂMARA
- CENSURA DA IMPRENSA
- SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

TEXTO CONSTITUCIONAL DE 1988

1. Eleições Diretas
2. Liberdade Partidária
3. Supressão da Censura
4. Direitos Civis

Declaração Universal dos Direitos Humanos

380

minoria não possui viés quantitativo



a grupos sociais tradicionalmente marginalizados e submetidos à condição social de inferioridade.

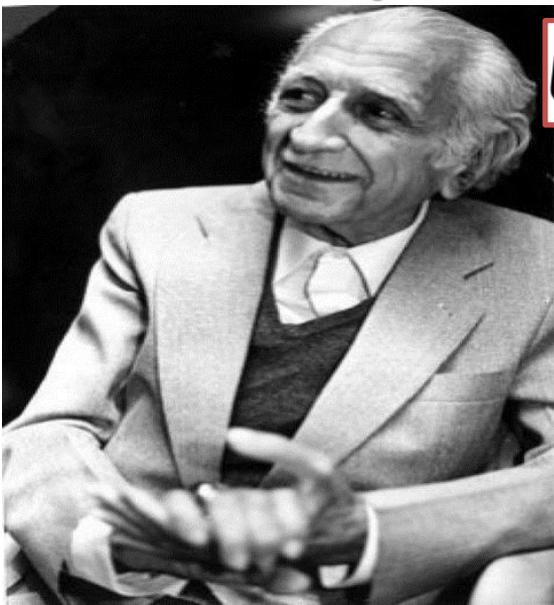
A cidadania e os afrodescendentes na sociedade brasileira



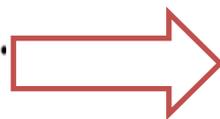
conde de Gobineau (1816-1882) classificam os povos de acordo com estágios de civilização. Os povos europeus estariam em etapas superiores, enquanto indígenas e africanos estariam atrasados.

Argumentos como esse oferecem suporte intelectual para o financiamento, por parte do governo brasileiro, de imigrantes europeus para trabalharem na lavoura no século XIX. Diversos políticos e intelectuais da época se posicionam abertamente a favor do “branqueamento” da nação.

Gilberto Freyre (1900-1987)

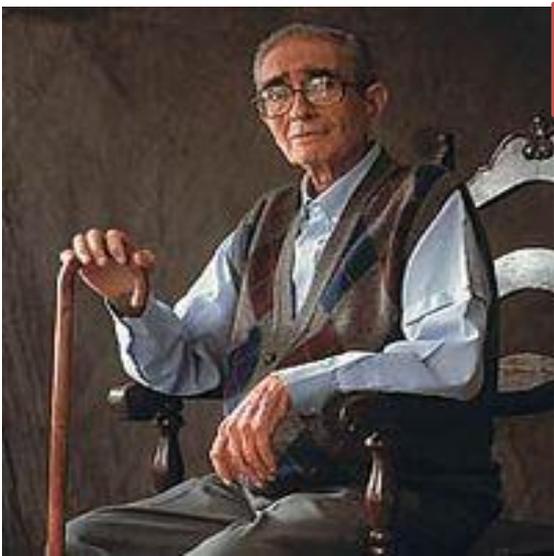


Casa-grande & senzala Ele analisa o passado colonial e suas relações sociais cotidianas, concluindo que, a despeito da dominação econômica conduzida pelos portugueses, as relações entre brancos, índios e negros são marcadas por certa tolerância paternalista, que se reflete na miscigenação.

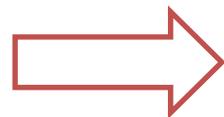


democracia racial

Florestan Fernandes (1920-1995)



A integração do negro na sociedade de classes Como ele próprio sugere, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. Esse traço cultural tem profundo impacto nas relações sociais perpetuando o “lugar” do negro na “senzala”, ou seja, na periferia social.



Racismo velado

▶ 01. UEM-PR

Negrinha, conto escrito por Monteiro Lobato, publicado em 1920, narra a história de uma pobre órfã, menina negra, de sete anos de idade, criada por uma rica senhora branca, a qual sente imenso prazer em aplicar-lhe constantemente surras e castigos corporais.

A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos – e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime novo – essa indecência de negro igual a branco e qualquer coisinha: a polícia! ‘Qualquer coisinha’: uma mucama assada ao forno porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho porque disse: ‘Como é ruim, a sinhá!’ [...] O 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava Negrinha em casa como remédio para os frenesis. Inocente derivativo: — Ai! Como alivia a gente uma boa roda de cocres bem fincados! [...]

LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 4, 5.

Considerando a narrativa citada e os conhecimentos sobre preconceito, discriminação e exclusão social no Brasil, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01. O conto, publicado cerca de três décadas após a instauração legal do trabalho livre, evidencia a persistência de uma mentalidade escravocrata na sociedade brasileira, com a manutenção de relações marcadas pela violência, pelo sentimento de posse e a exclusão de direitos em relação à população negra.
02. A integração do negro na sociedade de classes, ocorrida principalmente após o desenvolvimento

político e econômico brasileiro, durante a década de 1950, aconteceu de tal forma a criar condições mais igualitárias de participação dessa população no sistema de competição capitalista, rompendo com a desigualdade originalmente imposta pelo escravismo no Brasil.

04. Esse conto usa a ironia como recurso para evidenciar as relações de abuso, agressão e violência sofridas pela população negra no Brasil, mesmo após o fim da escravidão.
08. O preconceito, baseado no princípio que a cor de pele fundamenta diferenças profundas entre as pessoas, é um fenômeno social que pode se expressar tanto pela restrição do acesso a vagas de trabalho quanto por meio de formas de violência interpessoal, de caráter físico ou psicológico.
16. O Brasil é um país onde predomina a chamada “democracia racial” e, portanto, não faz sentido discutir problemas de racismo, a não ser em textos de ficção.

A questão indígena



influência do positivismo

Em 1910, as autoridades republicanas criaram o primeiro órgão específico voltado a questões indígenas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

sertanistas

questiona-se a proposta do SPI de integração dos povos, concluindo a passagem do isolamento para a civilização.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

01.

A observação de aspectos centrais da história social e política do Brasil permite constatar que a construção da cidadania em nosso país consiste em um processo

- a. dificultado pela democracia representativa, que confere importância exclusiva à mediação partidária nas relações entre sociedade civil e Estado.
- b. dificultado pela persistência de desigualdades sociais e pelos períodos políticos caracterizados pelo autoritarismo.
- c. dificultado pela exagerada autonomia dos governos estaduais em relação ao Poder Executivo federal e ao Senado da República.
- d. dificultado pelo pacifismo imanente à cultura brasileira, que recusa o enfrentamento e a superação dos conflitos sociais e econômicos.
- e. dificultado pela ação dos sindicatos e pelas constantes agitações produzidas pelos chamados novos movimentos sociais.

Alternativa correta: B

362. Unioeste-PR

Quanto aos índios brasileiros, com base nos estudos sociológicos já feitos e existentes hoje, está correto dizer que

- a. estão em via de extinção, posto serem culturas primitivas e atrasadas com relação à sociedade brasileira, daí se inviabilizarem como grupo social.
- b. não há mais índios no país, posto que só existiriam índios quando da descoberta do Brasil e no Período Co-

lonial, quando pelas guerras, doenças e outros fatores advindos do contato com os colonizadores, vieram a se extinguir.

- c. apesar das desigualdades sociais imensas que sofreram e sofrem, marginalizando-os, eles continuam presentes marcando, atualmente, muito melhor suas identidades e pertencimentos culturais específicos, abrindo e conquistando espaços políticos dentro da sociedade brasileira.
- d. não mais existem índios no Brasil, pois que todos eles já entraram na sociedade brasileira, adquirindo os bens e serviços desta, daí não haver mais nenhuma cultura indígena pura, verdadeira, a qual possamos nos referir como legitimamente indígena.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

Nosso atual modelo de Estado é fruto da Revolução Francesa, que, fascinada pela democracia grega, considerava que os atenienses criaram o princípio do Estado legal – um governo fundado em leis discutidas, planejadas, emendadas e obedecidas por cidadãos livres – e a ideia de que o Estado representa uma comunidade de cidadãos livres. Ao afirmarem que o governo era algo que as pessoas criavam para satisfazer as necessidades humanas, os atenienses consideravam seus governantes homens que haviam demonstrado capacidade para dirigir o Estado, e não deuses ou sacerdotes. (Flavio de Campos e Renan G. Miranda. *A escrita da História*, 2005.)

De acordo com o excerto e seus conhecimentos, é correto afirmar que

- a) a concepção moderna de democracia deriva da Revolução Francesa e da Atenas antiga, embora nesta a cidadania estivesse limitada à minoria da população.
- b) a democracia ateniense, por fundamentar-se na comunidade de homens livres, não era compatível com a existência de trabalho escravo.
- c) a Revolução Francesa ampliou o conceito de democracia grega, ao tornar cidadãos todos os habitantes da comunidade, inclusive as mulheres e os estrangeiros.
- d) os gregos desenvolveram a noção de lei como uma emanção dos deuses, à qual os homens deveriam obedecer após discussão em assembleia.
- e) os atenienses vinculavam a política à religião e, por isso, seu Estado nacional dependia da razão divina e limitava a expressão política dos cidadãos.

A cidadania tal como é entendida modernamente é constituída por um conjunto de atributos e direitos que envolvem três dimensões: a dos direitos civis, a dos direitos políticos e a dos direitos sociais. Os direitos civis dizem respeito à liberdade de consciência e de palavra, ao direito de ir e vir, à liberdade de imprensa, à não interferência do Estado nos assuntos privados do indivíduo, etc. (TEIXEIRA. 2000. p. 174).

Considerando-se a abrangência dos direitos sociais, pode-se identificá-los, dentre outros, como o direito

- 01. ao trabalho e a um salário digno, à educação, à habitação e à saúde.**
- 02. à livre associação partidária, à candidatura a cargos políticos e ao direito de votar e ser votado.**
- 03. de ser julgado por seus pares e de permanecer em liberdade, mesmo que condenado em segunda instância.**
- 04. de assumir funções públicas, mesmo sem concurso, à liberdade religiosa e à livre opção política e ideológica.**
- 05. à participação em movimentos políticos, em protestos urbanos e em greves de categorias profissionais.**

Segundo o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do governo estadual paranaense, “ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila”.

(disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>)

Sobre movimentos de conquista de cidadania na história contemporânea, considere as seguintes afirmativas:

- 1. O movimento sufragista lutou pelo direito das mulheres de votarem e serem votadas em países como o Brasil e os Estados Unidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.**
- 2. O movimento de luta por direitos civis pelos negros norte-americanos nos anos 1960, liderado por Rosa Parks e Martin Luther King Jr., seguiu os princípios da não violência e da desobediência civil.**
- 3. O movimento pelo Apartheid na África do Sul inaugurou a luta por cidadania em seu sentido moderno, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.**
- 4. O movimento de luta por direitos dos LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem obtido conquistas, como a oficialização dos casamentos e a adoção de crianças.**

O Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2009, manteve a demarcação em faixa contínua da Reserva indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. A decisão do STF teve por finalidade, também, estabelecer critérios que servirão de base para a regulamentação da questão da terra indígena no país. Entre os critérios estabelecidos, pode-se citar

- a) a prevalência da presença do Estado brasileiro nas áreas demarcadas no que diz respeito à política de defesa nacional e à proteção das fronteiras.**
- b) a exigência de aculturação das comunidades indígenas no que diz respeito ao idioma nacional e aos padrões religiosos do cristianismo.**
- c) a imposição da cidadania brasileira aos indígenas no que diz respeito à prestação do serviço militar e à obrigatoriedade do voto.**
- d) a incidência de impostos às economias indígenas no que diz respeito à exploração das riquezas do subsolo e da cobertura vegetal.**
- e) a proibição de intercâmbio dos indígenas com as sociedades exteriores à área demarcada no que diz respeito a produtos, como automóveis e tecidos.**